

CONSIDERAÇÕES SOBRE A NOÇÃO DE ESTRUTURA SOCIAL*

Antônio da Silva Câmara
Prof. Adjunto do CHF

RESUMO – *Este artigo visa discutir o conceito de Estrutura Social proposto pelas diversas orientações teórico-metodológicas (funcionalismo, estruturalismo e marxismo) privilegiando a orientação do materialismo histórico como a mais capaz de reproduzir teoricamente a realidade social.*

ABSTRACT – *This article aims at discussing the concept of Social Structure proposed by various theoretical methodological directions (functionalism, "estruturalismo", Marxism), favouring the direction given by the historical materialism as the most capable one to reproduce theoretically the social reality.*

A noção de estrutura social, para ser bem explicitada, exige, a priori, um posicionamento metodológico de quem está analisando-a; além disso, impõe explicações sobre a diversidade de enfoques encontrados na Sociologia.

A princípio, é necessário deixar claro que, para nós, a noção de estrutura tem essencial valor heurístico, na medida em que, a partir desta, podemos compreender a sociedade como um todo articulado, onde os seus componentes interagem reciprocamente com a totalidade; entretanto, é necessário que definamos explicitamente a importância dessas instâncias (particular e geral) na determinação das relações sociais. A questão básica: onde buscar a determinação da realidade, acompanhará toda a nossa análise do conceito de estrutura nos diversos enfoques sociológicos. Por outro lado, é necessário deixar explícito que assumimos como posicionamento metodológico o materialismo histórico, método tomado de empréstimo à Economia Política e que, nos parece explicar, com a maior profundidade e teor crítico, a noção de estrutura, enquanto uma categoria histórico-dialética. Com isso estamos descartando a possibilidade de utilizar a "neutralidade axiológica" em relação à questão, pois tal postura guarda no seu interior um duplo vício ideológico: o compromisso com a ideologia dominante e a negação verbal deste seu engajamento, o que oferece margem à sua manipulação eficiente e justificadora pela classe dominante.

A nosso ver, a noção de estrutura encontra-se explicitada de modo mais completo em pelo menos três orientações básicas nas ciências sociais, que são: o funcionalismo, o estruturalismo e o materialismo histórico.

(*) Este texto originalmente, constituiu-se em uma prova apresentada no Departamento de Sociologia da UFBA, em 1980, no concurso para Prof. Auxiliar de Ensino. Revisto e ampliado em 1987.

Tentaremos, a partir do momento, expor as três formulações, de acordo com leituras específicas de autores identificados com essas orientações, com ênfase particular no materialismo histórico, por considerarmos que este é capaz de reproduzir a realidade com mais fidelidade.

A NOÇÃO DE ESTRUTURA NO FUNCIONALISMO

No funcionalismo, a noção de estrutura encontra-se expressa em formulações teóricas de diversos autores que compartilham este enfoque.

Escolhemos para análise as posições básicas encontradas em Merton,¹ por o considerarmos mais abrangente. Merton procura definir a estrutura, a partir da análise crítica das posições de autores que lhe são próximos, rejeita os argumentos que ele considera como incongruentes e, aos poucos, sedimenta uma alternativa.

A primeira formulação básica é de que, *a sociedade é estruturada por um conjunto de funções sociais que são determinadas pelos seus membros socialmente ativos*. O autor define, porém, a priori as consequências e/ou necessidades da função como unidade da sociedade, procurando verificar esta questão a partir de três postulados básicos, comuns a outros autores. Estes postulados seriam: a) Unidade funcional da sociedade; b) Universalidade das funções sociais e c) Indispensabilidade das funções sociais.

Estes três postulados procuram dar coerência à totalidade das relações sociais, vendo-os como funções determinadas pelas necessidades sociais. O primeiro postulado afirma que na sociedade é possível se encontrar uma unidade funcional, no sentido de que todas as funções existentes no interior da sociedade se encontram conexas, complementando-se em função da totalidade². Para o segundo postulado, as funções são padrões universais, nesse sentido, podem ser encontrados em todas as sociedades traços gerais que caracterizam as mesmas funções. O último postulado considera como básica *a necessidade absoluta de todas as funções sociais para existência da sociedade*³.

Tomamos esses três postulados enfocados por Merton, devido à ordenação que esses emprestam à noção de estrutura; de modo sucinto, a *estrutura social* poderia ser formulada como o conjunto de todas as funções sociais necessárias, universais e indispensáveis à sociedade.

Por outro lado, esses postulados são criticados pelo próprio Merton, colocando em contraposição aos mesmos um conhecimento indutivo da sociedade. Merton discorda da possibilidade da existência de uma unidade funcional, o autor questiona a possibilidade de que em um corpo complexo (centro da analogia), como as sociedades modernas, possa haver funções harmônicas complementares. Em tais sociedades poderiam ser encontradas funções que fossem contrárias à unidade da sociedade, como, por exemplo, na religião, onde se encontram grupos opostos ou grupos políticos.

Merton adota o mesmo comportamento crítico em relação à universalidade, onde o autor demonstra que nem todas as funções são encontradas em todas as sociedades e, devido a isso, seria necessário um intenso trabalho empírico de catalogação e análise das mesmas, para que se possa afirmar tal postulado, o que, a princípio, seria exaustivo.

Por fim, o autor questiona a *indispensabilidade*, desde quando funções que seriam indispensáveis em uma sociedade podem não o ser em outra, por isso seria necessário pensar-se em termos de alternativas funcionais, o que ressaltaria esta ou aquela função em uma dada sociedade.

Não nos interessa discutir a polêmica entre os funcionalistas e os funcionais-estruturalistas, no entanto, tomamos este texto como marco para a apreensão básica do conceito de estrutura, pois os postulados nele explicitados e empiristicamente criticados por Merton são de autoria de Radcliffe Brown e Malinowski.⁴ Sem dúvida, esse trio se constitui no que há de mais expressivo no funcionalismo. Porém, é necessário deixar claro, antes de empreender a crítica, que a posição de buscar postulados explicativos, a partir da dedução, que sejam capazes de conceder uma coerência à sistematização do conhecimento, parece-nos ser o procedimento mais correto na investigação científica, ao contrário de Merton que minimiza a questão da estrutura, analisando-a de modo individualizado para cada sociedade, o que, a nosso ver, reduz a ideologia funcionalista ao extremo do empirismo e não permite uma "construção" da realidade (na medida em que o funcionalismo se propõe a isso), mesmo em termos descritivos.

Após esta ressalva, parece-nos oportuno analisar a concepção funcionalista no que tange à questão de estrutura. A nosso ver, o "erro" dos funcionalistas não está na formulação dos postulados citados ou na aclamação deste ou daquele princípio funcional e, sim, na própria formulação-metodológica desta escola, que perde vista os antagonismos sociais e percebe a sociedade como um todo harmônico, estruturada para satisfazer as necessidades biológicas, sociais e lúdicas dos indivíduos, de formas que elabora um conjunto de funções vitais para o seu funcionamento; a ausência de senso crítico impede os adeptos desta posição a reconhecerem o compromisso ideológico firmado entre o funcionalismo e a ideologia dominante, esta teoria torna-se, portanto, uma elaboração mais científica da própria ideologia. O "erro"⁵ (ou compromisso) da sociedade reificada como um conjunto de membros que desejam a satisfação das necessidades vitais de todos é fundamental na elaboração do conceito de funções e da sua a-historicidade.

Os funcionalistas evitam a análise social a partir da história e relativizam o conceito de estrutura como uma concepção ampla e genérica, verificável a partir da repetição de traços culturais em todas as sociedades. Esta perspectiva privilegia a noção de traços sócio-culturais encontrados nas sociedades primitivas e extrapolados para todos os grupamentos sociais.

Merton falha, por não perceber que o principal erro se encontra na a-historicidade da estrutura vista pelos demais funcionalistas. É necessário afirmar que estrutura não pode ser percebida através de simples procedimentos empíricos de acumulação e sistematização de dados estatísticos, pois a mesma não é visível

em cada relação social; ao contrário, as formações sociais são representações concretas da estrutura, mas esta só pode ser percebida em sua totalidade. A estrutura enquanto categoria histórica não pode ser analisada a partir de um modelo estático, aplicável a qualquer época histórica e sociedade, ao contrário é uma noção dinâmica que obriga o investigador a remeter-se às condições materiais essenciais de cada modo de produção. Estes 'erros' de fundamentação científica, que podemos relativizar, na medida em que são posturas ideológicas não-explicitadas, se agravam com a definição do próprio método funcionalista, que sofre variações a depender dos autores; o eixo básico de todas essas argumentações que acreditam que a chave para a explicação da sociedade apresenta cotidianamente nos próprios fenômenos, de forma que não é preciso remeter-se a categorias mais abrangentes, logo, a realidade se auto-explica na aparência. Tal compreensão leva Merton ao absurdo de exigir uma massa de informações empíricas sedimentadas, para provar tal ou qual postulado.

É bem verdade que, a depender do maior ou menor afastamento do empirismo, podemos encontrar posições relativamente diferentes, onde se conjuga a dedução com a indução, porém, privilegiando a multicausalidade funcional (Radcliffe Brown) ou o puro abstracionismo dedutivo (Parsons) a nível simbólico. Nenhuma dessas variantes, no entanto, rompem com a perspectiva epistemológica de buscar compreender a realidade a partir da aparência fenomênica.⁶

Por fim podemos concluir que a ausência de categorias básicas de explicação e a definição de analisar a realidade em concomitância com os paradigmas funcionalistas tomam a abordagem desta escola extremamente frágil. Em suma, podemos afirmar que esse enfoque não consegue perceber a totalidade integrada que se propõe como estrutura. Para substituir a noção de determinantes no todo social, o funcionalismo utiliza uma 'plêiade' de 'causas' intermediárias, de ordem cultural como a chave para a explicação da estrutura social.

A NOÇÃO DE ESTRUTURA NO ESTRUTURALISMO

O enfoque estruturalista, de uso corrente na Antropologia, tem como seu principal representante Levi-Strauss. Na Sociologia, encontramos algumas tentativas de absorção deste enfoque tanto pelos funcionalistas como pelos adeptos do marxismo, daí a importância de examiná-lo com rigor.

Em termos básicos, podemos observar que o estruturalismo busca compreender a realidade, a partir de conceitos teóricos, e formula a noção estrutura enquanto uma totalidade articulada que não se concretiza diretamente na realidade, possível de ser concebida a partir da elaboração teórica. A estrutura seria resultado de uma construção teórica dos cientistas sociais.⁷

Antes de analisarmos esta concepção básica, é necessário salientar que o estruturalismo não possui, enquanto tal, uma unidade metodológica, na medida em que surgiu enquanto um método da lingüística, tendo-se estendido pela psicologia e, finalmente, tendo sido adotado pela Antropologia. Como o próprio Strauss deixa

claro falar em estrutura nas diversas disciplinas não implica em descobrir uma unidade no real que possa unificar a abordagem, porém, em um método que acredita que deve estruturalizar a realidade para melhor 'construí-la', não se reinvidicando como parte do real e, sim, como construção teórica do mesmo. As consequências teóricas deste procedimento serão examinadas logo após a exposição dos princípios teóricos do estruturalismo.

Retomando a questão teórica fundamental – a estrutura como construção teórica –, vemos que essa concepção privilegia a estrutura como modelos de análises, desse modo, a realidade se espelha no modelo, que deve procurar o máximo possível ser fiel aos elementos componentes do tecido social, de modo a adaptar-se às mais variadas condições concretas. Os modelos não se constituem na totalidade das relações sociais em toda a sociedade, ao contrário, são elaborados em concomitância com as realidades específicas, encontrando-se, porém, em relação dialética com outros modelos, inclusive, com modelos maiores. De acordo com esse enfoque, os modelos estariam sujeitos à experimentação, ou seja, eles seriam testados na realidade e entre si; na medida em que se mostrassem consistentes ou precários, seriam adotados ou reformulados. A elaboração desses modelos não seria derivada de simples articulação entre conceitos e, sim, originários da relação entre modelos mais simples construídos na "escala dos fenômenos". Dessa forma, o autor chama a atenção para os modelos, com base no que é expresso conscientemente pelo objeto de estudo, caso em que as declarações permitiriam uma formulação inicial e, para os modelos mais complexos que estariam em escala mais elevada e pretenderiam descobrir as relações do próprio inconsciente humano, nesse caso, podemos exemplificar as análises dos mitos, dos seus pares de oposição e as apreensões do inconsciente feitas pelos antropólogos estruturalistas.

A fidelidade ou não desta abordagem na Antropologia não nos cabe discutir no momento, porém, é necessário fazer algumas observações de ordem metodológica, para melhor compreender a sua transposição para a Sociologia:

- a. O modelo pensado pelos estruturalistas foge da realidade social concreta, perdendo de vista a totalidade das relações sociais. Esta concepção de modelo parcializa a realidade em subtotalidades apreensíveis em suas especificidades.
- b. De acordo com o estruturalismo, a noção de estrutura seria produto da criação mental e, não, um produto da realidade.
- c. Ao postular a necessidade de dar coerência às manifestações fenomênicas, o estruturalismo avança em relação ao funcionalismo, porém, reifica os modelos de abordagem, reaproximando-se da filosofia especulativa de Kant. Se, por acaso, este procedimento é capaz de descrever aspectos das sociedades primitivas de caráter mítico-cultural, não nos parece que o mesmo possa ser aplicado à apreensão da sociedade capitalista ou qualquer formação social concreta onde as leis estabelecidas no âmbito da produção material são determinantes nas relações sociais. Logo, a aplicação de modelos na análise da sociedade é inadequada à apreensão da realidade social.

ESTRUTURALISMO E MARXISMO

Alguns autores, como Althusser⁸ e Poulantzas, tentaram transferir esta noção de estrutura para o materialismo histórico, concedendo às diversas instâncias da realidade social uma autonomia e mesmo uma estrutura própria, dessa forma, seria possível abordar-se a estrutura de poder, estrutura de classes, estrutura ideológica, política etc.; as críticas a este procedimento tomam como base a historicidade da sociedade que, nesse caso, seria substituída por proposições de estruturas parciais e a-históricas (encontráveis em sociedades historicamente díspares), perdendo de vista o caráter dinâmico das relações materiais de existência e, conseqüentemente, o teor explicativo.

Uma segunda crítica que pode ser formulada a esta concepção, refere-se à multi-variedade de causas, na medida em que não é possível estabelecer entre as instâncias componentes da realidade qual seria a fundamental.⁹

Por fim, observa-se que o estruturalismo transfere para o plano da representação ideológica os fundamentos materiais da existência social, ao subestimar (no caso do estruturalismo 'marxista') ou ignorar (estruturalismo em geral) os determinantes históricos/econômicos da sociedade.

A NOÇÃO DE ESTRUTURA NO MATERIALISMO HISTÓRICO

No que consta sobre o materialismo histórico, observamos que a noção de estrutura encontra-se explicitada na obra de Marx e de seus sucessores como um todo articulado de relações sociais, prevalecendo a produção material sobre as formulações morais, políticas e ideológicas. É prioritário na compreensão marxista a percepção da realidade como um todo composto de dois momentos: a infra-estrutura e a supra-estrutura. Ambos encontram-se melhor explicitados no prefácio da contribuição à crítica da Economia Política, onde o autor deixa claro a sua compreensão da infra-estrutura como o conjunto das forças produtivas, das relações sociais e dos meios de produção e da supra-estrutura como a reprodução intelectual da infra-estrutura, constituindo-se de representações, como o Estado, a religião, a ideologia etc.

A infra-estrutura material seria determinante das condições sociais gerais de um modo de produção, podendo ser condicionada pela supra-estrutura, a partir da tomada de consciência dos homens, da sua realidade concreta, o que se daria ao nível político, ideológico; inclusive, em determinados momentos históricos definidos, a supra-estrutura prevaleceria sobre a infra-estrutura, sobretudo em momentos de crise revolucionária.

Observamos duas constantes na análise marxista: a) a base material é determinante das relações sociais e da ideologia e, b) a luta de classes é o motor da história, só através desta a realidade é radicalmente modificada.

Na primeira observação, afirma-se que a sociedade é uma unidade da pro-

dução material e intelectual (ideológica, política etc.), porém, que esta unidade tem um determinante básico nas relações sociais de produção. A partir desta afirmação, Marx foi capaz, no Manifesto do Partido Comunista, ¹⁰ de reconstruir histórico-dedutivamente os modos de produção da sociedade e detectar que a separação entre o trabalho material e o trabalho intelectual é um produto do desenvolvimento das forças produtivas, pois, nas sociedades comunistas primitivas, o material e o intelectual constituíam-se em unidade indiferenciada, pois o último aparecia como um reflexo do primeiro. O distanciamento (material/intelectual) adviria da instituição da propriedade privada dos meios de produção e, conseqüentemente, da exploração do homem pelo homem (em termos de classes sociais). Logo, o intelectual como esfera aparentemente autônoma do material, não refletindo realidade vivenciada pelos agentes da produção material, seria o resultado da diferenciação material concreta dos homens entre si, com o surgimento dos proprietários dos meios de produção. As instituições, a ideologia, etc., passariam, a partir deste momento, a justificar a desigualdade entre os membros da sociedade e a representar o pensamento das classes sociais dominantes.¹¹

Essa interpretação marxista não tem caráter moralista, ao contrário, ela visa demonstrar o desenvolvimento das forças produtivas materiais, a partir da instituição da propriedade privada e do crescente domínio das forças da natureza pelos homens organização socialmente. Segundo Marx, essa exploração teria desenvolvido, contraditoriamente a sociedade humana, a partir da expropriação e acumulação do trabalho humano. Ou seja, os proprietários dos meios de produção apropriam-se do excedente de trabalho dos expropriados, utilizando-o para a satisfação das suas necessidades e para a expansão das forças produtivas materiais.

A estrutura estaria diretamente vinculada ao desenvolvimento das forças produtivas, preservando, portanto, um caráter histórico, a estrutura seria superada quando o dinamismo das forças produtivas encontrasse barreiras ao seu crescimento nas relações de produção existentes. Dessa forma, diversas estruturas sucederam-se historicamente determinadas pelo desenvolvimento das forças produtivas, como, o escravismo, o feudalismo e o capitalismo (o último modo de produção onde encontramos a contradição trabalho/apropriação privada dos meios de produção). Em síntese, a estrutura seria historicamente determinada, fruto da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção.

A segunda observação de Marx recupera a história enquanto produto da ação dos homens, não como conseqüência de uma pretensa harmonia em função de uma totalidade abstrata, ao contrário, como resultado do conflito de classes sociais, desde o momento em que os proprietários da força de trabalho deixaram de constituir-se nos efetivos proprietários do resultado deste trabalho e dos meios de produção necessários à consecução do mesmo. As classes sociais adquirem importância fundamental nesta interpretação, originando-se na infra-estrutura, pois os homens seriam as principais forças produtivas na sociedade. As classes sociais só adquirem senso histórico (enquanto classe propriamente dita) a partir do momento em que, através da supra-estrutura, conscientizam-se da realidade material na qual se encontram.

Como componente essencial da estrutura social, as classes dominantes e dominadas se digladiariam: a primeira, pela manutenção dos seus privilégios efetivos e a última, pela alteração radical das condições sociais de existência. Nesse sentido, cada nova classe dominante, em cada período histórico, seria o resultado da luta travada com a antiga classe dominante. Capaz de desenvolver as forças produtivas enquanto tal desenvolvimento coincidissem com os seus interesses particularistas, a nova classe dominante, a partir do momento em que a expansão das forças produtivas ameaçasse a sua sobrevivência social, passaria a se defender ferrenhamente e entravaria de modo efetivo o desenvolvimento da sociedade. Por isso a nova classe dominante teria como tarefa histórica fundamental superar a situação histórica vigente e abrir caminhos para o desenvolvimento da sociedade.

Esse momento, o da destruição de uma antiga classe e das relações de produção até então dominantes, é visto por Marx como o momento revolucionário, em que a antiga estrutura social seria desmantelada para dar origem a novas formas de organização da produção material e da produção intelectual. O processo através do qual a classe postulante ao poder conscientiza-se da necessidade da transformação radical da estrutura social revela o vínculo entre a produção material e intelectual, entre a infra-estrutura e a supra-estrutura.

A tomada da consciência histórica se daria da supra-estrutura. Na ideologia os indivíduos se reconheceriam e identificariam os seus inimigos de classe e a urgência de transformações, no entanto, esta consciência só poderia implicar em ação concreta com possibilidades positivas, caso as contradições materiais estivessem maduras.

Com esta formulação, a teoria marxista nos dá uma noção de estrutura histórica capaz de apreender a sociedade como uma totalidade concreta, contraditória e dinâmica. Por outro lado, busca caracterizar a estrutura, a partir de um determinante fundamental que são as condições materiais de existência. Dessa forma, a noção de estrutura adquire consistência enquanto uma categoria histórica reproduz as condições materiais e espirituais da sociedade. Por outro lado, como toda a discussão de estrutura no marxismo passa pela interpretação da infra-estrutura e da supra-estrutura, não devemos reificar esta noção, extrapolando-a para as sociedades anteriores e posteriores à exploração da força de trabalho. Esse cuidado é necessário, por entendermos o marxismo como uma teoria histórica vinculada a determinada realidade e, por isso, a sua extrapolação arbitrária o negaria enquanto método e conhecimento científico da realidade.

CONCLUSÃO

A questão essencial levantada no início dessa discussão: onde buscar a determinação da realidade? Discutida nas diversas escolas sociológicas, vimos que, de acordo com o funcionalismo, a resposta seria dada pelo conjunto das funções sociais, sendo que algumas dessas teriam prioridade em relação às demais. Centramos a nossa crítica na incorreção de analisar a realidade, a partir da sua

aparência e da multicausalidade embutida neste enfoque sociológico. O funcionalismo, a nosso ver, seria capaz apenas de descrever os fenômenos sem, no entanto, aprofundar a compreensão sobre os seus determinantes, identificando-se com a consciência social dominante e, em consequência, constituindo-se em uma abordagem conservadora, no que tange à análise da estrutura social. Por outro lado, o estruturalismo, método predominantemente antropológico, supera a perspectiva da permanência, a nível de fenomênico, no entanto, introduz a especulação filosófica na compreensão da realidade social, a partir do momento que propõe conceitos e modelos para serem testados na realidade concreta, no tocante à análise da estrutura, essa escola retira desta noção qualquer perspectiva do histórico, ao buscá-la a nível do inconsciente humano. Erro similar ao do estruturalismo é cometido pelos estudiosos que buscam a unidade entre materialismo histórico e o estruturalismo, ao introduzir categorias estranhas neste último, modificando, substancialmente, a compreensão da historicidade da estrutura social, ao autonomizar os seus componentes, criando instâncias, estruturas parciais, etc., e incorporando ao marxismo a noção de multicausalidade, tomada de empréstimo ao positivismo filosófico. Por fim, ao analisarmos o materialismo histórico, verificamos que o mesmo é capaz de nos fornecer uma resposta para a nossa questão, pois, nesse método, a determinação da estrutura é buscada, a partir da compreensão básica das condições materiais de existência (infra-estrutura) e da relação do mesmo com a reprodução espiritual (ciência, ideologia, política, arte etc.) da existência concreta da sociedade humana. A preocupação do materialismo histórico de descobrir a realidade, logo, de desvendar a estrutura real da sociedade, afastando-se tanto da escola fenomênica (funcionalismo) como da criação especulativa de modelos intelectuais aplicáveis à sociedade, a nosso ver, torna este método superior aos demais na compreensão da estrutura da sociedade.

NOTAS

1. Os postulados aqui analisados encontram-se em Robert MERTON. *Sociologia e Estrutura*. p.85-102.
2. Cf. MERTON, id., *ibid.*, p.92.
3. Cf. MERTON, id., *ibid.*, p.97.
4. Robert MERTON analisa as posições de dois dos mais expressivos antropólogos funcionalistas, Radcliffe BROWN e B. MALINOWSKI.
5. Utilizaremos o termo "erro" de modo estritamente epistemológico.
6. O Comportamento descritivo adotado pelo funcionalismo não permite à análise funcional o aprofundamento da compreensão da realidade social. Por outro lado, é questionável a própria utilização do conceito de função social como unidade teórica na abordagem sociológica, como destaca Margareth COULSON e David RIDDEL, In *Introdução Crítica à Sociologia* p.59-61.
7. Levi STRAUSS. "Introdução à Obra de Marcel Mauss." In *Estruturalismo* - organizado por Eduardo Prado COELHO.

8. Louis ALTHUSSER. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, p. 25-30.
9. Quanto à crítica a esta concepção, ver Henri LEFEBVRE. *L'Ideologie Structuraliste*, p.191-251.
10. Karl MARX. *Manifesto Comunista*.
11. Karl MARX. *A Ideologia Alemã*, p.80-94.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro, Ed. Presença, 1974.
- _____. *A favor de Marx*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- COULSON, Margareth & RIDDEL, David. *Introdução crítica à sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.
- LEFEBVRE, H. *L'ideologie structuraliste*. Paris, Anthropos, 1971.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Portugal, Presença, 1975. v.1.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo, Martins Fontes, 1975.
- _____. Manifesto do partido comunista. In: ____ *Textos*, São Paulo, Ed. Sociais, s.d. p.13-47.
- MERTON, Robert. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo, Mestre Jou, 1970.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classe social*. Portugal, Ed. Portucalense, 1971.
- STRAUSS, Levi. Introdução obra de Marcel Mause. In: COELHO, Eduardo Prado. *Estruturalismo*. Portugal, Portugalia. p.149-190.
- _____. *Antropologie structurale*. Paris, Librairie Plon. 1974.